



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**SECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Referência: Processo n.º 0.00.002.001500/2011-18
Edital do Pregão Eletrônico nº 73/2011
Aquisição de Solução de Blades e Storages

Ementa: Análise da impugnação ao Edital feita pela Empresa B2BR – BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA.

I – DOS FATOS

Trata-se da análise da impugnação ao Edital interposta tempestivamente pela Empresa **B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.162.636/0001-00, com endereço na Av. Yojiro Takaoio, nº 4.384, conjunto 1010, 10º andar, Shopping Service, CEP 06.541-038, mediante seu procurador Rogério Barbosa dos Santos.

II – DO PLEITO

2. A **B2BR** apresentou impugnação ao edital do Pregão em comento, cujo objeto é a contratação de empresa aquisição de equipamentos de TIC (Blades e Storages), serviço de instalação, implementação, configuração e garantia, de modo a atender às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público.

3. Intenta, a Impugnante, que o edital é heterogêneo e que deveria ser fracionado em lotes para “aproveitar as peculiaridades do mercado”.

4. Baseado no intuito a que alude o parágrafo anterior, invoca, a Impugnante, a Lei 8.666/93 que assim facultou, *in verbis*:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

§ 1o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

5. Logo adiante, o impugnante reforça seus argumentos com base na Súmula nº 247 do TCU, *in verbis*:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**SECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

6. A Impugnante aduz aos seus argumentos que foram violados os princípios da igualdade, competitividade e motivação dos atos administrativos, pois entende que não motivação expressa para opção de julgamento por maior preço global.

7. Pondera, a **B2BR**, que a exigência no edital para que os equipamentos sejam do mesmo fabricante não está justificada e prejudica a competitividade do certame, citando novamente a Lei 8.666/93, *in verbis*:

Artigo 7º - § 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Artigo 15 - As compras, sempre que possível, deverão:

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

8. Solicita, ainda, a Impugnante a anulação do edital.

III – DA APRECIÇÃO

9. Consoante os argumentos invocados pela Impugnante e pela área demandante dos equipamentos, cabe uma primeira avaliação: a opção por menor preço global viola os princípios licitatórios, legislação é jurisprudência?

10. Da análise dos argumentos da impugnante de que o edital estaria em desacordo com os artigos 15 e 23 da Lei 8666/93, tem seu contraditório amparado no mesmo artigo 15 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 15. As compras, **sempre que possível**, deverão (grifo nosso):

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

11. Percebe-se que a Lei faculta (sempre que possível) a subdivisão em parcelas e o artigo 23 (citado pela impugnante) complementa: “sempre que técnica e economicamente viáveis”. Como está claro no termo de referência, o CNMP já possui equipamentos (blades e storages) e conforme justificativa técnica, sua compatibilização é essencial com o equipamento a ser comprado, para manutenção da solução já existente.

12. Ainda, conforme a área técnica, a aquisição de equipamentos de marcas incompatíveis seria



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**SECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

antieconômica, pois demandaria mais um tipo de assistência técnica, a padronização demonstra-se assim econômica.

13. Ao contrário das alegações da impugnante sobre a violação ao Princípio da Motivação dos Atos Administrativos, o edital é claro com relação à necessidade de padronização dos equipamentos nos itens 2,4.0 e 4.3, *in verbis*:

2 - Objetivando a preservação do legado, cabe o registro que atualmente a infra-estrutura de servidores e storages do CNMP baseia-se em equipamentos do tipo IBM BladeCenter E4700, Blades HS22 7870 e Storages DS4700.

4 - Os equipamentos fornecidos deverão ser, do mesmo fabricante, objetivando a melhor compatibilidade entre os componentes da solução e o legado atualmente instalado no CNMP, além de gerência única;

4.3 - 4.3- Compatibilidade:

Considerando o Princípio da Padronização como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos, os equipamentos oferecidos em conformidade aos itens 4.1.1 a 4.1.17 devem ser plenamente compatíveis e integráveis com todo parque de equipamentos (IBM BladeCenter E4700, Blades HS22 7870 e Storages DS4700) atualmente instalados no CNMP a fim de permitir a preservação do investimento e de todo o legado já instalado.

No caso do subsistema de Blades, serão considerados equipamentos compatíveis e integráveis com o parque instalado, aqueles que, por exemplo, permitirem o intercâmbio de lâminas com o modelo de Chassi instalados atualmente no CNMP. Já para o subsistema de Storage, a integração poderá ser atestada, por exemplo, através de replicações realizadas entre os novos equipamentos e os atualmente instalados.

Esta característica trás o embasamento técnico-administrativo circunstanciado ressaltado no § 5º, inciso IV do artigo 7º da Lei 8.666/93. Este fato não caracteriza qualquer tipo de cerceamento ou limitação aos participantes do certame licitatório visto haver diversos fornecedores da solução pretendida em condições de ofertá-la.

14. Quanto à Súmula 247 do TCU, a interpretação da impugnante considerou apenas parte do texto, sustentou que é obrigatória a divisão, porém ignorou: *desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala*. O CNMP possui um conjunto de equipamentos já instalados e em funcionamento, sendo essencial a compatibilidade dos equipamentos adquiridos com estes, inclusive com serviços de assistência técnica, sob pena de real prejuízo ao erário.

15. No entendimento deste Pregoeiro e baseado nas informações da área demandante e nas razões da impugnante não houve violação aos princípios da competitividade e igualdade, pois diversos fornecedores possuem a solução requerida; também não foi violado o princípio da economicidade, pois o fracionamento dos itens poderiam provocar incompatibilidades e custos adicionais de manutenção. Assim, a contratação de solução de equipamentos e serviços é mais adequada e atende aos princípios licitatórios, inclusive ao princípio da Supremacia do Interesse Público.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**SECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE MATERIAL, COMPRAS E CONTRATOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CONCLUSÃO

4. Assim, conheço a impugnação, por tempestiva, para, no mérito, nego-lhe provimento por ausência de fundamentação plausível na sustentação do pleito da Impugnante.

Brasília, 27 de dezembro de 2011

ROGÉRIO FAGUNDES GOMIDE
Pregoeiro / CNMP